

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

CONSULTA PRÉVIA

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E REPRESENTAÇÃO
JURÍDICA PARA A ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DO POLITÉCNICO
DO PORTO**

PC.010.2025.037

REF.ª 35/000/A/1963_2025

CADERNO DE ENCARGOS

PORTO, 2025

ÍNDICE

Cláusula 1. ^a	4
Objeto	4
Cláusula 2. ^a	4
Contrato	4
Cláusula 3. ^a	4
Prazo do Contrato	4
Cláusula 4. ^a	5
Locais da prestação de serviços	5
Cláusula 5. ^a	5
Obrigações principais do prestador de serviços	5
Cláusula 6. ^a	5
Forma de Prestação do Serviço	5
Cláusula 7. ^a	6
Trabalho Independente e Autónomo	6
Cláusula 8. ^a	7
Objeto do dever de sigilo	7
Cláusula 9. ^a	7
Prazo do dever de sigilo	7
Cláusula 10. ^a	8
Proteção de dados pessoais	8
Cláusula 11. ^a	8
Preço Contratual	8
Cláusula 12. ^a	8
Condições de Pagamento	8
Cláusula 13. ^a	9
Penalidades Contratuais	9
Cláusula 14. ^a	9
Resolução do contrato por parte do contraente público	9
Cláusula 15. ^a	10
Resolução do contrato por parte do prestador de serviços	10
Cláusula 16. ^a	10
Força Maior	10

Cláusula 17. ^a	11
Resolução de litígios – Foro competente	11
Cláusula 18. ^a	11
Sistema de Gestão da Qualidade – Avaliação de Fornecedor	11
Cláusula 19. ^a	11
Legislação aplicável	11
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	12

ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

CONSULTA PRÉVIA PARA

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E REPRESENTAÇÃO JURÍDICA

PARA A ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DO POLITÉCNICO DO PORTO

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **aquisição de serviços de assessoria e representação jurídica para a Escola Superior de Saúde do Politécnico do Porto**, doravante designada por E2S|P.PORTO.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo do Contrato

1. O contrato inicia a sua vigência na data de assinatura, ou em data a combinar, e mantém-se em vigor pelo prazo de 26 meses, em conformidade com os respetivos termos e condições e o

disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o contrato a celebrar caduca automaticamente quando forem consumidos serviços que atinjam o valor de € 73.482,24 (setenta e três mil e quatrocentos e oitenta e dois euros e vinte e quatro cêntimos) que correspondem a 1196 horas.
3. O Contrato de avença, cujo objeto é a execução de prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar, a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar.

Cláusula 4.ª

Locais da prestação de serviços

A execução da prestação de serviços objeto do presente procedimento pode ser efetuado em locais onde a E2S|P.PORTO necessite da representação jurídica, como tribunais ou outros órgãos Públicos e Instituições Governamentais, nas n/Instalações, nas V/instalações em regime presencial ou remotamente (reuniões online).

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou no Caderno de Encargos, da celebração do contrato, decorrem para o prestador de serviços as obrigações constantes das Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. A subcontratação pelo adjudicatário e cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
4. De acordo com as necessidades diárias da E2S | P. PORTO as obrigações da prestação de serviço da assessoria jurídica são no âmbito do direito laboral e da função pública, de aconselhamento na decisão de contratar, na elaboração de peças de procedimentos, apoio na elaboração de minutas de contratos, realização protocolos, de contratos de prestação de serviços, emissão de pareceres no âmbito do funcionamento da Escola, patrocínio judiciário e outras matérias casuísticas.

Cláusula 6.ª

Forma de Prestação do Serviço

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Com uma periodicidade a combinar mediante reuniões com os representantes da E2S | P. PORTO, ou por quem for designado por estes;
- b) O serviço poderá ser prestado nas instalações da E2S | P. PORTO ou remotamente por recurso ao e-mail, reuniões online, telefonicamente, sempre que assim o seja solicitado;
- c) O Prestador de Serviços fica também obrigado a apresentar à E2S | P. PORTO, sempre que solicitado, a evolução de todas as operações objeto dos serviços respeitantes ao cumprimento de todas as obrigações emergentes do Contrato e qualquer documento que a E2S | P. PORTO considere necessário no âmbito do normal acompanhamento dos trabalhos;
- d) O Prestador de Serviços mediante as tarefas que lhe sejam pedidas deve comunicar qual o número de horas previsível afeto a essa tarefa para controlo do saldo;
- e) O número de horas da avença mensal é de 46 horas;
- f) A utilização do número de horas da avença mensal é controlada por relatório de acordo com o seguinte:
 - i) Se a utilização for inferior ao limite máximo, ao número de horas mensais previstas na alínea e), as horas sobrantes acumulam para serem utilizadas nos meses seguintes;
 - ii) Caso seja ultrapassado o número de horas mensais previstas na alínea e) o limite de horas, as mesmas serão descontadas nos meses seguintes;
 - iii) Se no final da prestação de serviço não forem utilizadas todas as horas previstas dará lugar a uma nota de crédito, de acordo com a número de horas sobrantes;
 - iv) Se utilizadas todas as horas disponíveis antes do final previsto da duração do contrato, o mesmo caducará automaticamente, conforme previsto no número 2 da cláusula 3ª do presente caderno de encargos.
- g) Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo Prestador de Serviços devem ser integralmente redigidos em português, salvo indicação contrária da E2S | P. PORTO.

Cláusula 7.ª

Trabalho Independente e Autónomo

1. O prestador de serviços goza de autonomia técnica, sem sujeição à disciplina e hierarquia em vigor na E2S | P.PORTO, uma vez que se trata de trabalho não subordinado.
2. De acordo com o Artigo 450º do CCP que define a noção de aquisição de serviços como “o contrato pelo qual um contraente público adquire a prestação de um ou vários tipos de serviços mediante o pagamento de um preço.
3. O procedimento prevê a execução de trabalhos no âmbito da prestação de serviço de consultadoria jurídica, definida no presente caderno de encargos tendo sido estabelecido um tempo máximo que decorre da próprio Código dos Contratos Públicos, evitando a duplicação de atos administrativos, bem como o fracionamento de procedimentos e da própria despesa.

A previsão dos vários pedidos decorrentes das especialidades jurídicas é a base do procedimento, logo pela sua especificidade, não tem um caráter regular ou duradouro, apenas é delimitado num período de tempo, enquanto ocorram as necessidades imprevisíveis da gestão de uma Instituição de Ensino Superior. O serviço a ser prestado ao abrigo do presente contrato aplica-se, no nosso entender, o nº 4 do Art.º 419º A, do CCP, “os trabalhadores afetos às concessões cujo prazo seja superior a um ano prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo”, onde se lê concessões subentende-se aquisição de serviços, logo “não se aplica a trabalhadores que realizem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros”, que é o caso. De facto, o presente procedimento, pretende a realização de trabalho pontual, sem regularidade, por hora, o qual não é específico ou duradouro. Por natureza, este trabalho de prestação de serviço pode sofrer alterações imprevistas, não sendo possível prever tarefas que persistam no tempo para tópicos específicos, pelo que não é possível consubstanciar um contrato sem termo. Mais, o próprio objetivo deste serviço é também temporário e não duradouro, bem como as tarefas definidas são pontuais, logo não se afigura plausível a melhor opção a contratação a termo.

Cláusula 8.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei, relativas à E2S|P.PORTO, às quais tenham acesso por força da execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 10.^a**Proteção de dados pessoais**

1. As partes obrigam-se a cumprir, nos seus precisos termos, o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral Sobre a Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de abril).
2. A entidade adjudicatária obriga-se ainda, durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados pessoais e quaisquer elementos ou informações que tenham sido confiados pela contraparte ou de que tenham tido conhecimento, por força da adjudicação do presente procedimento, na estrita observância das instruções emitidas pela E2S | P.PORTO e da legislação aplicável.
3. A entidade adjudicatária garante a segurança e proteção de dados, através do estabelecimento de uma política de segurança, de controlos adequados e de gestão de riscos.
4. Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido pelo cocontratante, sucessivamente, que terceiros que envolva na execução do contrato, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do artigo 28.º do Regulamento Geral Sobre Proteção de Dados. As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

Cláusula 11.^a**Preço Contratual**

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a E2S|P.PORTO deve pagar ao prestador de serviços os valores indicados na proposta adjudicada, os quais não podem, porém, ultrapassar o somatório de **€73.482,24 (setenta e três mil e quatrocentos e oitenta e dois euros e vinte e quatro cêntimos)**, valor acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à E2S|P.PORTO, incluindo as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 12.^a**Condições de Pagamento**

1. As quantias devidas pela E2S|P.PORTO, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção da E2S|P.PORTO da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida no final do mês a que diz respeito, com a prestação efetiva dos serviços contratados, de acordo com o valor máximo mensal da avença de 2.826,24 euros (dois mil oitocentos e vinte e seis euros e vinte e quatro cêntimos) que corresponde a 46 horas.
3. Em caso de discordância por parte da E2S|P.PORTO, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a fatura é paga, preferencialmente, através de transferência bancária.

Cláusula 13.ª

Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a E2S|P.PORTO pode exigir ao adjudicatário o pagamento de sanções pecuniárias pelo incumprimento das datas e prazos de entrega acordados entre as partes, calculadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$S = V \times A / 250$$

Em que S corresponde ao montante da sanção, V é igual ao valor do contrato e A é o número de dias em atraso.

2. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP, o valor acumulado das sanções não poderá exceder 20% do preço contratual.
3. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a E2S|P.PORTO exija uma indemnização por mora e incumprimento definitivo.

Cláusula 14.ª

Resolução do contrato por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a E2S|P.PORTO pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

Cláusula 15.ª**Resolução do contrato por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o cocontratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações:
 - a) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo contraente público por período superior a seis meses; ou
 - b) Quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 16.ª.**Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades à entidade adjudicatária, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que não pudessem conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da entidade adjudicatária, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre eles recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.^a**Resolução de litígios – Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 18.^a**Sistema de Gestão da Qualidade – Avaliação de Fornecedor**

De acordo com o Sistema de Gestão de Qualidade implementado na E2S|P.PORTO a prestação de serviço será avaliada, segundo a nossa instrução de processo de acordo com os seguintes critérios:

- a) Qualidade/Conformidade do fornecimento/execução do serviço;
- b) Prazo de entrega
- c) Atendimento/tempo de resposta

O resultado dessa avaliação será de acordo com tabela infra:

Índice	Classe	Caraterização
4 a 5	A	Fornecedor Bom
2,5 a 3,9	B	Fornecedor Médio
0 a 2,4	C	Fornecedor Mau

Cláusula 19.^a**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

**ESCOLA SUPERIOR DA SAÚDE INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Aquisição de serviços de serviços de assessoria e representação jurídica para a escola superior de saúde do politécnico do porto

1. Decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) A prestação de serviços de assessoria jurídica da sua proposta, nos termos das disposições do presente Caderno de Encargos, de acordo com as necessidade diárias da E2S no âmbito do direito laboral e da função pública, de aconselhamento na decisão de contratar, na elaboração de peças de procedimentos, minutas de contratos, realização protocolos, de contratos de prestação de serviços, emissão de pareceres no âmbito do funcionamento administrativo da Escola, patrocínio judiciário e outras matérias casuísticas.
 - b) Identificar o prazo mínimo e o prazo máximo, em termos médios, para resposta às diversas solicitações de acordo com as alíneas de a) a h) do número seguinte.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para a entidade adjudicatária as seguintes obrigações:
 - a) Assessoria jurídica direcionada à Presidência da Escola Superior de Saúde;
 - b) Emissão de notas jurídicas e/ou pareceres sobre questões pertinentes para o bom funcionamento administrativo da Escola Superior de Saúde, nomeadamente elaboração de Protocolos, de Contratos, Regulamentos e outros documentos;
 - c) Assessoria jurídica no âmbito do Direito Laboral e da Função Pública, designadamente, assuntos relacionados com o pessoal docente, investigador, bolseiros e não docente da Escola, contratação de pessoal docente e não docente, elaboração de contratos de trabalho, resolução de problemas no âmbito da avaliação de desempenho, de processos disciplinares e outros assuntos conexos com a Legislação Laboral;
 - d) Assessoria em procedimentos de contratação pública, designadamente através de aconselhamento na decisão de contratar, escolha dos procedimentos, elaboração das peças dos procedimentos pré-contratuais e respetiva condução dos mesmos até à fase de adjudicação, assim como na elaboração das minutas dos contratos;
 - e) Assessoria jurídica na fase de execução dos contratos celebrados;
 - f) Assessoria jurídica noutras matérias que casuisticamente sejam solicitadas;
 - g) Elaboração de peças processuais;
 - h) Elaboração de recursos;
 - i) Patrocínio judiciário em processos contenciosos;
 - j) Prestação de forma correta e fidedigna das informações e esclarecimentos solicitados pelo Contraente Público quanto aos processos em curso e aos serviços prestados;

- k) Comunicação ao Contraente Público de qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, com relevância para a prestação de serviços;
- l) Comunicação prévia ao Contraente Público dos factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
- m) Não ceder, sem prévia autorização do Contraente Público, a sua posição contratual.